

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.712 - PR (2018/0328367-4)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE ARAUCÁRIA - PR
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO REGIONAL DE PARTENON - PORTO ALEGRE - RS
INTERES. : M R DE C R
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES. : D DOS S

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo por iniciativa do Juízo de Direito da Vara de Família e Sucessões de Araucária, Estado do Paraná, em face do Juízo de Direito da Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Partenon, Porto Alegre, RS, relativamente à competência para processar e julgar ação de divórcio proposta por M.R. de C.R. em desfavor de D dos S.

O Juízo gaúcho declinou da competência em favor do foro do domicílio do réu, situado em Araucária, PR, a pretexto de que é competente o domicílio do réu quando nenhuma das duas partes reside no antigo domicílio do casal, o que se verifica no caso concreto (fls. 38/41).

O Juízo de Direito paranaense suscitou o presente conflito, sob o argumento de que a competência na hipótese seria relativa, não podendo ser declinada de ofício, pois ao réu, ainda não citado, não poderia opor exceção de incompetência (fls. 52/53).

Instado a se manifestar, opinou o Ministério Público Federal pela aplicação do enunciado da Súmula 33/STJ, diante da competência relativa na espécie (fls. 68/71).

Assim delimitada a controvérsia, necessário consignar que, conforme se colhe dos autos, a questão condiz com a competência territorial, que é relativa, cuja prorrogação se impõe quando não arguída a incompetência no tempo oportuno.

Ora, omitindo-se ou ainda não oportunizada a manifestação do réu,

inviabilizando a oposição de exceção de incompetência simultaneamente ao oferecimento da contestação, não pode o julgador substituí-lo, declinando de ofício a incompetência territorial. Nesse sentido, o enunciado da Súmula 33/STJ:

A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.

A jurisprudência da Segunda Seção, em casos específicos, adota esse entendimento:

COMPETÊNCIA. AÇÃO DE DIVÓRCIO DIREITO. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS AO FORO DO DOMICÍLIO DA ESPOSA.

A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício. Súmula nº 33-STJ.

Conflito conhecido, declarado competente o suscitado.

(CC 20.397/MA, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, unânime, DJU de 9.3.1998)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DIVÓRCIO.

Proposta, no domicílio do marido, a ação de conversão de separação em divórcio, não cabe ao juiz suscitar de ofício a sua incompetência, nos termos da Súmula 33.

(CC 13.746/PR, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, unânime, DJU de 9.8.1995)

COMPETÊNCIA. AÇÃO DE CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL EM DIVÓRCIO INTENTADA PELO MARIDO NO FORO DE SEU DOMICÍLIO.

Não é dado ao juiz apreciar de ofício a sua incompetência relativa.

Conflito conhecido, declarado competente o suscitado.

(CC 1.223/PR, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, unânime, DJU de 3.9.1990)

Não pode o juiz apreciar de ofício a sua incompetência relativa. Sendo relativa a competência do foro da mulher para ação de separação judicial, não pode o juiz do domicílio do marido, onde por este ajuizada a causa, declinar de sua competência sem arguição da mulher.

(CC 245/MG, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, unânime, DJU de 28.6.1989)

Em face do exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Partenon, Porto Alegre, RS.

Comunique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

